

CONSTRUÇÃO DA VILA

As povoações são sempre construídas de um modo estreitamente relacionado ao sítio escolhido por seus fundadores. Para quem chega depois, tudo parece quase natural mas é apenas aparência. Na realidade, todos os detalhes dessa relação devem ser pensados e medidos previamente, seguindo regras e razões nascidas de experiências anteriores. O caso de São Paulo não poderia ser diferente.

Para conhecer as formas da vila em suas primeiras décadas de existência devemos utilizar os métodos mais comuns entre os estudiosos de história das cidades e da arqueologia: buscar a lógica da distribuição de seus espaços iniciais, identificando as racionalidades possíveis. Devemos estudar a relação entre as condições da topografia local, os acessos e os procedimentos correntes entre os construtores de cidades no mundo português, à época da colonização.

Não possuímos plantas e desenhos que nos mostrem as características da vila e sua aparência no século XVI. Mas dispomos de documentação dos séculos seguintes: alguns desenhos do XVII, plantas e vários desenhos do século XVIII. Estes nos permitem tirar algumas conclusões sobre os primeiros tempos de vida da vila de São Paulo e sobre as razões dos primeiros povoadores.

É como a reconstrução de um vaso antigo, a partir de seus fragmentos, encontrados séculos depois. Cada parte nos traz informações sobre o conjunto do vaso, as partes vizinhas, sobre quem o fabricou e sua época.

Para realizar esse trabalho sobre São Paulo, à época de sua fundação e nas quatro décadas que se seguiram, podemos tomar como ponto de partida as relações entre as condições de seu sítio e o modo pelo qual foram traçadas as ruas e construídos os muros de outras vilas e cidades, naquele tempo, e saber quem eram e o que pretendiam seus primeiros moradores.



PRIMEIROS MORADORES

A história dos fundadores da vila de São Paulo já foi contada por muitos autores (TAUNAY, 1923; BRUNO, 1981). Para nós, cabe apenas destacar os diferentes objetivos de três grupos que atuaram naquela etapa inicial: os padres jesuítas, os representantes do governo português e os colonos; procurar reconhecer suas diferentes razões ou racionalidades e identificar os procedimentos que adotaram. Tomando os objetivos de cada grupo como ponto de partida, poderemos compreender as bases de sua participação na ocupação do planalto e na construção da vila. Não na sua fundação, que esta coube certamente aos padres jesuítas; nem na escolha do sítio e na decisão estratégica inicial, que coube ao Pe. Manuel da Nóbrega, cérebro da operação. Mas compreender as condições de domínio sobre o planalto e os problemas na construção da vila de São Paulo. Esta foi o resultado das ações dos três grupos, com seus objetivos diversos e até mesmo conflitantes².

Esquemáticamente poderíamos dizer que os representantes do governo português estavam interessados no domínio sobre a região do planalto e sobre os caminhos que levavam ao interior; os jesuítas estavam voltados para a conquista dos indígenas pela fé e pela ação intelectual; os povoadores estavam interessados na conquista de riquezas, na escravização dos indígenas, na conquista de suas terras e de suas mulheres.

INÍCIO DO POVOAMENTO

É difícil sabermos quando se iniciou a ocupação do planalto. Em 1532, quando Martim Afonso de Souza chegou ao litoral, já havia portugueses vivendo serra acima. Sua presença remontava provavelmente aos primeiros anos da colonização, à época em que se formou no litoral a pequena povoação de naufragos, degredados e desertores, que Martim Afonso transformou na vila de São Vicente (PRADO, 1954).

² Os defensores de cada um deles contam até hoje histórias diferentes sobre a fundação da vila.

³ Para alguns autores, o "Diário" atribuído a Pero Lopes seria apócrifo e Piratininga não teria existido.

Havia certamente um interesse especial do governo português pelo planalto, revelado pelas sucessivas visitas de governadores à região. Segundo referências de Nóbrega e Anchieta, concluída sua missão em São Vicente, Martim Afonso subiu ao planalto onde teria fundado uma primeira povoação, que foi denominada Piratininga (CORTESÃO, 1955). O fato foi descrito no "Diário de Navegação" de Pero Lopes de Souza³. Para Jaime Cortesão, o rei de Portugal, estimulado pelas notícias que chegavam à Europa sobre as descobertas de ouro no Peru, ao enviar Martim Afonso estaria interessado em que seus conquistadores chegassem aos Andes pelo leste, utilizando o Peabirú, caminho terrestre dos tupis que passava pelo planalto, levando ao Paraguai e por ali aos Andes.

É possível que as razões fossem mais simples. O interesse oficial poderia ser apenas o de aproveitar como ponto de partida a experiência e os espaços, conquistados pelo único grupo de portugueses que havia conseguido se estabelecer serra acima.

Em 1553, mais de vinte anos após receber Martim Afonso, de novo a região do planalto foi visitada oficialmente, dessa vez pelo governador-geral, Tomé de Sousa que, repetindo os procedimentos de seu antecessor, promoveu a fundação de uma vila, com o título de Santo André da Borda do Campo. No local já existia uma povoação formada por João Ramalho e seu grupo, que viviam do comércio de escravos.

Com Tomé de Souza vieram os padres jesuítas, sob direção de Manuel da Nóbrega, que adotou outra estratégia. Interessado em aproximar-se das tribos locais, decidiu construir uma pequena igreja e uma escola para meninos nas proximidades de uma aldeia de indígenas. Fosse porque com essa vizinhança pudesse se apropriar do conhecimento dos índios sobre o território, fosse porque sua maior capacidade intelectual lhe permitia fazer diagnósticos e tomar decisões com sentido estratégico mais amplo, o fato é que a escolha de Nóbrega se mostrou a mais correta e provavelmente a única viável.

Santo André, fundada em 1553, foi cercada por muros de taipa de pilão, muros grossos de terra

socada, com baluartes providos de artilharia. Na mesma época, com outros objetivos, os padres se dirigiram para o local escolhido por Nóbrega e iniciaram a construção de uma igreja de palha, onde hoje se encontra o Pátio do Colégio. Em 25 de janeiro de 1554, dia de São Paulo, ainda incompletos os trabalhos, foi rezada a primeira missa no local. Esse foi o abrigo provisório. Era ao mesmo tempo igreja, escola e alojamento dos padres.

Depois, sob direção do Pe. Afonso Brás, foi construída uma igreja de taipa de pilão, inaugurada a 1º de novembro de 1556 (LEITE, 1936). Era uma estrutura simples, como quase todas as igrejas portuguesas da primeira metade dos Quinhentos³.

A fachada principal teria apenas uma porta. Não teria janelas e nem mesmo um óculo na parte mais alta, no centro do frontão, como tantas outras da mesma época, na Bahia e no Rio de Janeiro. Do lado esquerdo de quem olhava a sua fachada, um pouco recuado, havia um torreão, que serviria como sineira externa.

Essa é a aparência que nos revelam dois desenhos traçados provavelmente entre 1599 e 1616, que atribuímos à autoria do engenheiro-militar florentino Alessandro Massai⁴. Em ambos as imagens são praticamente idênticas, o que nos permite supor que procurassem representar com fidelidade a primeira obra duradoura realizada em São Paulo, que seria como um símbolo da povoação.

Terminada a igreja, iniciou-se a construção de um pavilhão para abrigo dos padres e outro para a instalação do colégio (LEITE, 1936).

À primeira vista, dada a disparidade de qualidade e magnitude das obras, o sucesso estaria assegurado para a vila de João Ramalho. Mas não foi o que ocorreu. Cerca de cinco anos depois, em 1559, os moradores de Santo André enviavam carta à rainha regente de Portugal, solicitando autorização para se transferirem para a povoação de Nóbrega e seus companheiros. No ano seguinte, atendido o pedido, nascia formalmente a vila de São Paulo.

Piratininga e Santo André não prosperaram, São Paulo se tornou o principal centro de apoio à ocupação e ao desenvolvimento dos territórios do interior do Brasil.

A povoação criada por Nóbrega e seus jesuítas teve um sucesso que precisa ser explicado. A região escolhida para a povoação era formada pelos vales dos rios Tamanduaté, Tietê e Pinheiros, com alguns trechos de matas e imensas várzeas cobertas de capim, em partes inundáveis na época das chuvas. Era uma área rica em peixes, aves e caças de pêlo. E os campos, pelo clima, eram adequados para a criação de gado europeu e para o cultivo de diversas plantas trazidas de Portugal: legumes, verduras, frutas e flores.

A área ao redor de Santo André, ocupada com matas e campos, era pouco provida de alimentos. O contraste entre a fartura em São Paulo e a escassez em Santo André e as ameaças de tribos hostis levaram os portugueses a abandonar a povoação mais antiga, concentrando-se ao redor da igreja dos jesuítas e seu colégio. Por volta de abril de 1560, em visita à Capitania de São Vicente, um terceiro governador, Mem de Sá, procedeu à transferência da população de Santo André para junto da casa dos jesuítas. A mudança incluía transferência dos livros da Câmara de Santo André e do pelourinho, símbolos do poder municipal. A nova povoação, elevada oficialmente à condição de vila, era como uma continuação da anterior. Em documento de 26 de maio de 1560 se dizia que São Paulo era o local para onde havia se transferido a vila de Santo André da Borda do Campo. Entre homens adultos, seriam por volta de 30 portugueses e 30 mamelucos (CORTEÃO, 1955). Esses eram os habitantes de São Paulo em 1560, quando a povoação foi elevada à condição de vila por decisão do governador Mem de Sá. Entre 1560 e 1570, somando os portugueses, suas mulheres índias e seus filhos mamelucos, seriam ainda apenas 200 a 300 pessoas.⁵

Naquele momento já estavam prontos os três edifícios de taipa de pilão, construídos sob direção do Pe. Afonso Brás. Foram os mais importantes da vila, até o final do século XVI. Não havendo pedra na região, a

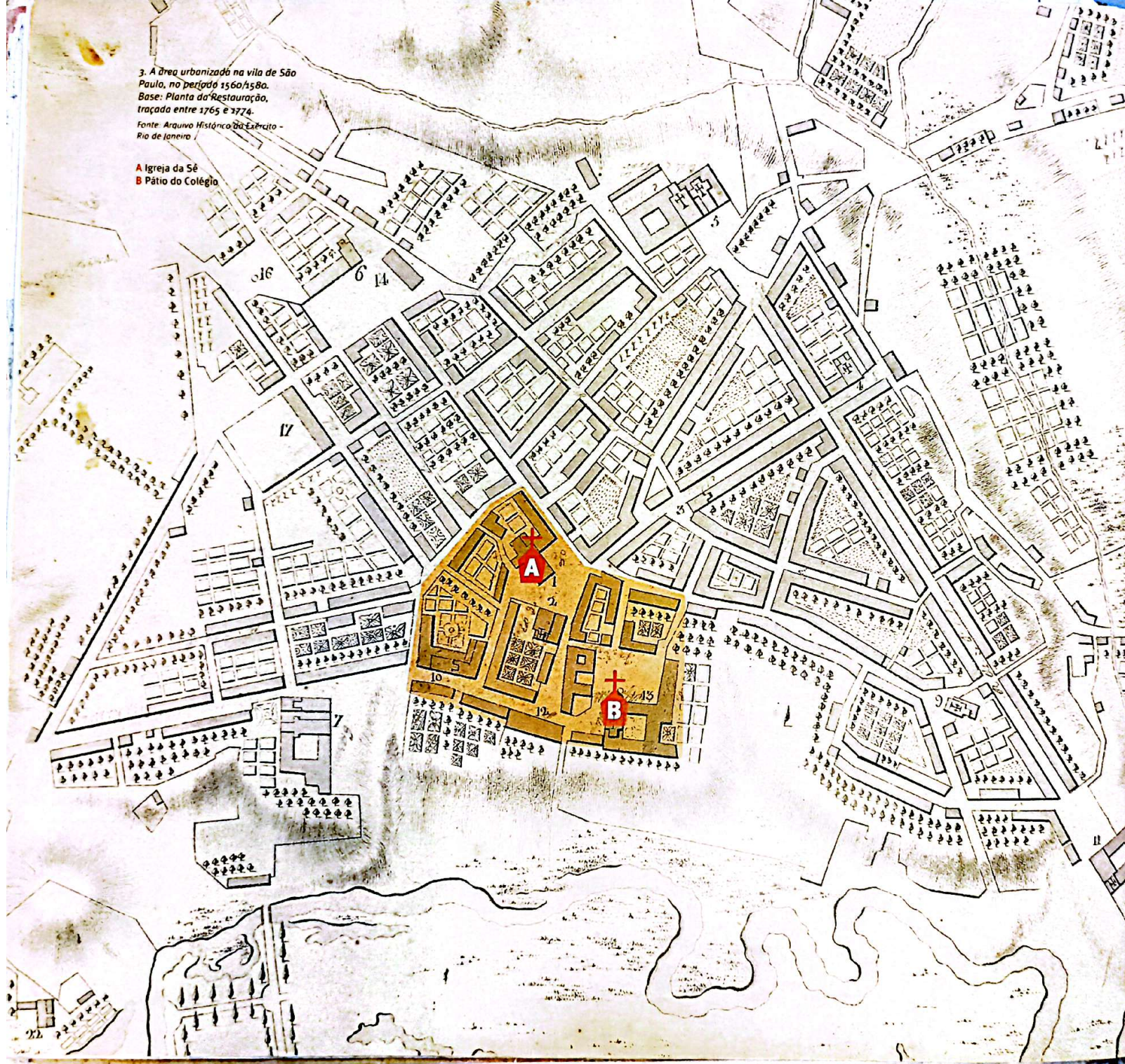
³ A aparência das igrejas portuguesas do início dos Quinhentos está bem documentada nos desenhos de Duarte D'Armas (D'ARMAS, 1509).

⁴ Para uma discussão mais detalhada sobre esses desenhos, ver a seguir o capítulo 2 e o Anexo referente à Cartografia Histórica de São Paulo, no final do livro.

⁵ Ver Quadro com dados sobre a população no final do livro.

3. A área urbanizada na vila de São Paulo, no período 1560/1580.
Base: Planta da Restauração,
traçada entre 1765 e 1774.
Fonte: Arquivo Histórico do Exército -
Rio de Janeiro

A Igreja da Sé
B Pátio do Colégio



técnica escolhida foi a da terra socada em grandes formas de madeira. Dava-se assim início a uma longa tradição, que só desapareceria na segunda metade do século XIX. Ao longo daqueles séculos falar dos paulistas era falar das construções em taipa. As crônicas nos contam que depois de construir as edificações dos jesuítas, o Pe. Afonso Brás ajudou os moradores a construir suas casas, provavelmente algumas delas com a mesma técnica (LEITE, 1936; LEMOS, 1999).

Pode-se compreender portanto a importância dos desenhos do início do século XVII, que atribuímos a Massaii. Eles nos mostram os primeiros edifícios de São Paulo e nos permitem visualizar os espaços onde tudo começou.

Para conhecer as construções posteriores e suas razões, temos que adotar outros procedimentos.

A FORMA DA VILA

Para compreender a história da povoação, é importante sabermos qual o espaço ocupado pelos moradores ao redor do colégio: a localização das primeiras ruas e praças, a localização dos muros, dos baluartes e das portas da vila. Ao mesmo tempo, conhecer os caminhos de acesso e a forma geral do conjunto. É um desafio considerável.

Naqueles tempos o traçado das ruas de uma vila atendia a algumas referências fundamentais. Em primeiro lugar era preciso manter desimpedidos os caminhos de acesso à povoação. Conhecendo os caminhos, poderíamos observar que tinham continuidade para dentro dos muros, em direção à praça central. Nesses eixos

deveriam estar as portas, tendo ao lado baluartes com artilharia para proteção das entradas.

CAMINHOS DOS MORADORES ▶ No caso de São Paulo, o principal caminho de chegada e de saída por terra era o da Tabatinguera ¹ (fig.6). Cruzava o Tamanduateí, acompanhando seu vale e levando à Serra e ao caminho para Santos e São Vicente, eixo de ligação com a Europa. O outro era o caminho fluvial ². Levava ao Porto Geral, nas Sete Voltas do Tamanduateí, que ficava aos pés da colina⁶ e pouco mais ao norte que o Colégio dos jesuítas. Acompanhava o eixo da atual Rua Quinze de Novembro e virava depois pela atual Rua João Brícola, descendo pela Ladeira do Porto Geral, que guarda ainda hoje, em seu nome, a memória da destinação inicial⁷. Ali ficavam alguns armazéns, para a guarda de mercadorias. Outro eixo, partindo do que seria depois o Largo da Sé ³, seguia em direção à Rua Direita e à Rua José Bonifácio, caminho para Pinheiros. Poderia haver um outro eixo, que seguiria pela atual Rua da Liberdade, na direção de Santo Amaro ⁴.

Bem mais modesto na forma e fundamental para a vida cotidiana era o pequeno beco que levava diretamente do Pátio do Colégio ao Tamanduateí, onde se buscava boa parte da água utilizada na vila. Tornou-se conhecido como beco do colégio ⁵. Ainda hoje existe e em certas horas é fechado por um portão. Fica no início da Rua Roberto Simonsen, ao lado da casa que pertenceu, muito depois, à Marquesa de Santos. É o último vestígio, íntegro, do urbanismo dos tempos da fundação de São Paulo. Por esse caminho, bem mais íngreme e mais curto, os moradores tinham acesso ao Tamanduateí, onde lavavam suas roupas e pegavam água, para os serviços das casas.

⁶ O Tamanduateí, que passava onde hoje está a Rua 25 de março, teve seu canal afastado para o centro da Várzea do Carmo no século XIX.

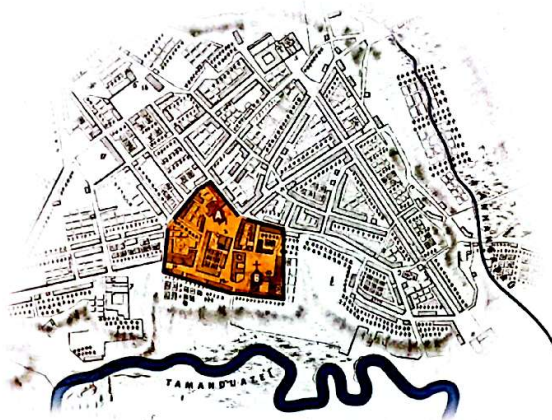
⁷ Em 1976, quando a EMURB desapropriou terrenos no sopé da Ladeira General Carneiro, para um alargamento, teve que regularizar a situação junto ao Ministério da Marinha, porque no passado aquela área havia sido registrada como parte do porto da cidade de São Paulo.

4. Características do sítio inicial da vila de São Paulo, com destaque da área urbanizada entre 1560 e 1580.

A Igreja da Sé
B Pátio do Colégio

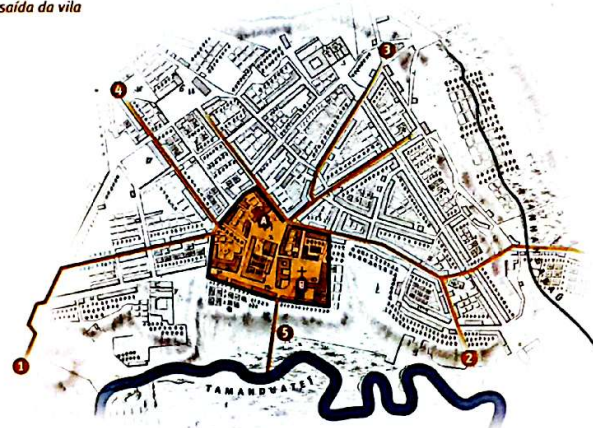


5. O primeiro traçado dos muros de São Paulo entre 1560 e 1580, os chamados "muros velhos".



A Igreja da Sé
B Pátio do Colégio

6. O traçado dos muros e os caminhos de entrada e saída da vila de São Paulo.



A Igreja da Sé
B Pátio do Colégio

CAMINHOS DAS ÁGUAS ► A segunda referência básica para o traçado das ruas era o conjunto dos caminhos das águas. Em primeiro lugar os que levavam às aguadas: as fontes de água potável, as nascentes e pequenos cursos d'água, protegidos pela vegetação. Sabemos pouco sobre as aguadas da vila, que eram mencionadas nas atas da Câmara de São Paulo. Seriam provavelmente as mesmas em uso no século XVIII, sendo uma delas na parte mais baixa das encostas da Tabatingüera, provavelmente na direção da Rua das Flores (atual Silveira Martins), conhecida como Fonte do Gaio. Outra seria pouco acima, onde depois foi construído o quartel, em fins do século XVIII. Essas duas fontes estariam associadas de um modo ou de outro ao caminho da Tabatingüera e não trariam portanto uma referência adicional, para reconhecimento do traçado primitivo da vila.

Outra referência é fornecida pelo caminho das águas das chuvas. Como bem sabem os pedreiros, as casas não devem ser construídas sobre os caminhos de passagem das águas pluviais. No caso da vila de São Paulo, cujas casas eram todas construídas de taipa, os cuidados deveriam ser redobrados. Os caminhos das águas eram deixados livres, em ruas e becos que facilitassem sua passagem. Nas vertentes mais importantes, nem mesmo ruas poderiam ser construídas, para não serem transformadas em atoleiros ou destruídas pela erosão.

As águas não poderiam atravessar os muros. Poderiam correr ao lado destes, por fora e um pouco afastadas. Ao mesmo tempo, as águas que caíssem portas adentro deveriam encontrar sua saída, sem comprometer a estrutura de proteção. Essas noções, tão simples, nos ajudam a compreender como poderiam ter sido traçados os muros de São Paulo, a partir de 1560.

No sítio inicial da vila de São Paulo, as águas das chuvas corriam da parte mais alta do terreno, onde hoje se encontra a Praça João Mendes, em direção às bordas da colina e destas desciam encosta abaixo, para o Tamanduaté. Observando as ruas do trecho mais antigo, vemos que essas águas deveriam acompanhar quatro eixos longitudinais e dois transversais: o da

Rua Quintino Bocaiúva **1** (fig. 8) os das duas laterais, da antiga Sé, que foram as ruas de São Gonçalo **2** e da Esperança **3** e depois a Rua de Santa Teresa, uma transversal **4** que recebia as águas da Rua do Quartel **5** e as conduzia em direção à outra transversal, a que foi depois a Rua do Carmo **6**.

Nas bordas da colina, ao longo dos séculos o movimento das águas foi abrindo dois sulcos, duas marcas mais acentuadas na paisagem, por onde depois passaria a Ladeira General ao norte I e a Avenida Rangel Pestana ao sul II. Na época da fundação, essas áreas mais úmidas seriam marcadas por pequenos cursos d'água, permanentes ou temporários e ocupados por vegetação de maior porte, contrastando com os terrenos ao seu redor, onde foram demarcadas as quadras e construídas as casas dos moradores. As áreas inicialmente ocupadas estariam certamente situadas entre esses dois recortes na paisagem, entre esses dois canais principais, para os quais convergiam os vários eixos das enxurradas na colina.

Do lado norte, a presença de um curso d'água foi observada e registrada em um desenho do século XIX, à "Carta da Capital de São Paulo", elaborada em 1842 pelo engenheiro-militar José Jacques da Costa Ourique. A existência dessas águas explicaria a escolha do local pelos jesuítas para instalar sua horta, ao lado do Colégio.

Esse curso d'água, permanente ou temporário, deveria atravessar a atual Rua Quinze de Novembro em seu ponto mais baixo, pelo eixo da atual Rua do Tesouro, antiga Rua das Casinhas, onde não poderia haver construções **7**. Seu trecho superior partia do Largo da Misericórdia, para onde convergiam (e convergem) as águas das atuais ruas José Bonifácio **8** e Quintino Bocaiúva **1**. Esta última, mais íngreme, de início era bem estreita, quase um beco.

Esses percursos das águas não seriam simples hipóteses. Os livros de Atas e Registros da Câmara de São Paulo referem-se em alguns momentos às erosões e estragos feitos pelas enxurradas, com termos bem expressivos. O maior deles era provavelmente o chamado "Buracão do Carmo",

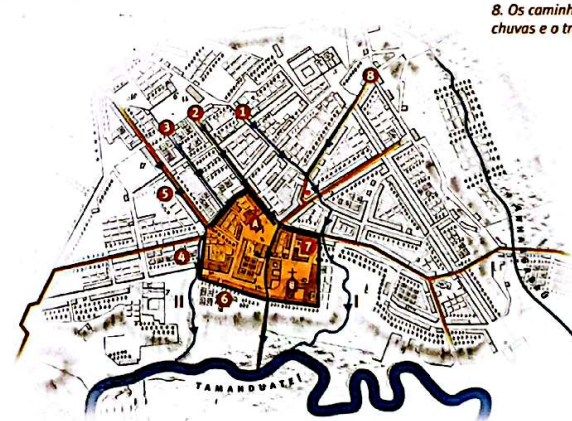
que só seria aberto à passagem pública nos primeiros anos do século XIX, depois de grandes obras de nivelamento (SANT'ANA, 1937, v2). Eram frequentes também as referências ao "Buracão do Pátio da Sé", que seria certamente na parte mais baixa, do lado norte, na direção da atual Rua Quinze de Novembro, onde as águas da Rua da Esperança corriam pela Rua da Fundação (hoje Floriano Peixoto), em direção à Rua do Carmo, descendo pelo Beco do Colégio (Beco do Pinto), em direção ao Tamanduatê. Passando as águas por aquele ponto, ficou o caminho aberto também para os moradores: de início provavelmente como uma pequena porta no muro da vila; depois como um vão, entre as casas daquela rua.

No período colonial as casas voltavam-se para as ruas. Os becos, sempre estreitos, serviam simplesmente para passagem das águas da chuva, como as atuais vielas sanitárias. Para os becos ou travessas voltavam-se apenas os muros dos quintais. Depois, quando a povoação cresceu, os quintais foram loteados e para eles se voltaram as casas mais pobres.



7. Detalhe da planta de José Jacques da Costa Ourique (1842) que mostra um pequeno curso d'água na "Horta dos Padres", onde hoje está a Ladeira General Carneiro.

Fonte: Arquivo Histórico do Exército - Rio de Janeiro



A Igreja da Sé
B Pátio do Colégio
• Largo da Misericórdia

8. Os caminhos das águas das chuvas e o traçado dos muros.

A chamada Rua das Casinhas, pelo que nos informam os cronistas, ainda no século XIX era considerada úmida e pouco adequada para a construção de residências, razão pela qual foi depois destinada a uma forma primitiva de mercado, para abastecimento da cidade. No século XVI, seria apenas um beco, para passagem das águas. O trecho da atual Rua Quinze de Novembro, que ficava no caminho dessas águas, no final do século XVIII ainda não havia sido ocupado com construções, como nos mostra a "Planta da Restauração" (1765/1771).

Os muros da vila deveriam necessariamente correr pela parte interna desses cursos d'água ou deixar que nos pontos mais baixos ficassem as portas e sob estas passassem as enxurradas. Com essas referências, podemos construir nossas hipóteses sobre o traçado dos muros.

CARACTERÍSTICAS DOS MUROS ▶ São Paulo foi certamente uma vila cercada de muros de taipa, com suas portas protegidas por baluartes dotados de artilharia, à semelhança das cidades medievais e renascentistas de Portugal. As Atas da Câmara não deixam dúvidas quanto a isto. Dois anos depois de elevada à condição de vila, sofrendo um ataque de tribos hostis, já estava protegida por seus muros. Sob comando de João Ramalho, resistiu aos atacantes.

Alguns historiadores do século XX fazem referência a muros de taipa de mão (pau-a-pique) mas é uma hipótese pouco provável (SILVA, 1955). A taipa de mão era frágil e pouco adequada para essa finalidade. Os muros de defesa nessa época teriam cerca de quatro braças de altura, isto é 8,80 metros, não sendo possível construí-los com taipa de mão, sem que fossem feitos contraventamentos, ou seja, paredes transversais. Essa hipótese se baseia no que seriam dois equívocos. O primeiro deles se refere à técnica construtiva. A alternativa mais sólida era construir os muros de taipa de pilão, isto é, terra socada em fôrmas, com cerca de 80 cm a 1 metro de largura. Alguns autores, acreditando que a taipa seria socada pelos portugueses, não podiam aceitar que os muros fossem feitos com essa técnica, com a rapidez

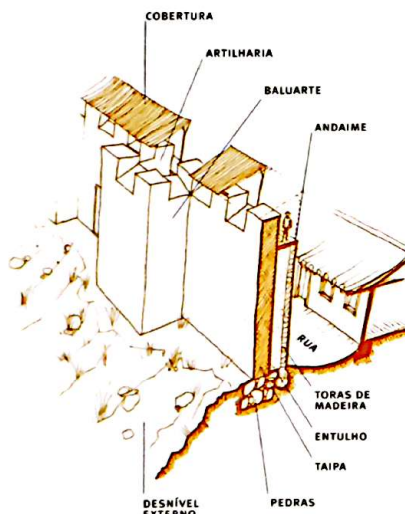
necessária ao sistema de defesa, como ocorreu em São Paulo. Mas a terra era socada pelos índios, sob direção dos portugueses, que os pagavam com instrumentos de trabalho em ferro, como machados, foices, enxadas, facas e anzóis. Assim foi também com os muros de Santo André da Borda do Campo, construídos em pouco tempo, pelo que se depreende dos documentos.

Um exemplo significativo nos é fornecido por Frei Vicente do Salvador, quando descreve a construção de uma primitiva fortaleza, no momento de fundação da cidade de Paraíba (hoje João Pessoa) apenas 25 anos depois da fundação de São Paulo. Segundo Frei Vicente, os muros do forte, de planta quadrada, com cerca de 30 metros de lado (ou seja, 120 metros de muros) foram construídos em taipa de pilão com quatro braças (8,80 metros) de altura. Pelo lado de dentro ficava uma cerca mais baixa, formada esta sim com paus-a-pique, sem revestimento, amarrados uns aos outros, afastado cerca de 80 cm do muro de taipa, sendo o vão preenchido com terra, entulho e faxina (feixes de varas), formando o que chamavam de andaime, sobre o qual se deslocavam os guardas, que podiam atirar pelas seteiras dos muros externos. Os andaimes tinham um pequeno telhado para proteção das taipas e dos soldados, que sobre eles andavam. Segundo aquele historiador, em dois meses de trabalho o forte já podia ser utilizado. O sistema de cobertura de proteção aos muros e seus defensores existia também em São Paulo pois as atas da Câmara mencionam as ordens freqüentes do procurador para que os moradores refizessem a cobertura dos muros. Como as casas eram térreas, com fachadas de 3 a 4 metros de altura e telhados alcançando até 5 e 6 metros em seus pontos mais elevados, eram todas escondidas e conseqüentemente protegidas pelos muros, com seus 8 metros de altura, tornando bem difíceis os ataques para os índios (SALVADOR, 1954).

DIMENSÕES MODESTAS

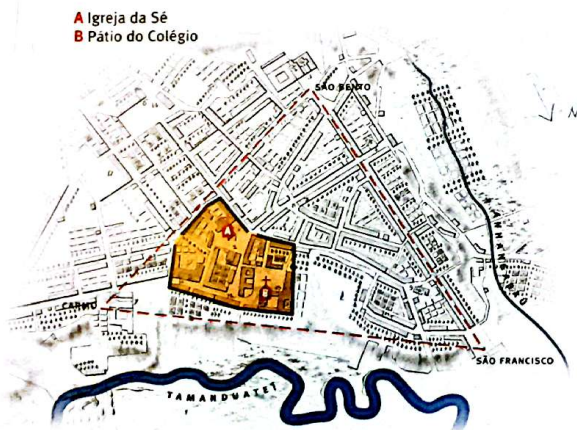
Outro equívoco, no qual incorriam muitos historiadores, era o dos exageros sobre as dimensões da área ocupada pela vila e conseqüentemente sobre as

9. Desenho que mostra as características dos muros, de acordo com a descrição de Frei Vicente do Salvador.



dimensões de seus muros (PEREIRA, 1936). Acreditavam eles que a vila ocuparia o triângulo compreendido entre as atuais igrejas de São Bento, Carmo e São Francisco⁹, área com cerca de 20 hectares (Linha A, B, C). No final do século XVIII essa área abrigaria cerca de 4.000 habitantes e em 1822 de 6.000 a 7.000. No século XVI, os 60 a 80 moradores da vila de São Paulo, com suas famílias (200 a 300 habitantes), adensados de início no interior dos muros, ocupariam no máximo 4 hectares construídos e 7 a 8 no total, incluindo os espaços abertos do Pátio do Colégio e do que seria depois o Pátio da Matriz, mais tarde Pátio da Sé. Na mesma época a cidade de Salvador, o maior núcleo urbano do Brasil, com 1.000 a 2.000 habitantes¹⁰, teria cerca de 5 hectares construídos e 7 a 8 no total¹⁰. No final do século XVI, quando se iniciou em São Paulo a construção do convento do Carmo, São Bento era apenas uma pequena ermida; os franciscanos ainda não haviam chegado e os terrenos que todas essas ordens iriam ocupar eram chácaras, fora da vila. Em 1560/1562, quando os primeiros muros foram construídos, haveria apenas a igreja dos jesuítas, bem pequena; nem mesmo a Matriz fora construída. As outras ordens religiosas só chegaram depois de 1580, com o domínio espanhol. A vila, muito pequena, cercada com seus muros de taipa de pilão, suas ruas e duas praças, teria no máximo 200 a 250 metros de largura e menos de 300 de comprimento.

10. O sítio original e o Triângulo das Igrejas de São Bento, São Francisco e Carmo.



A Igreja da Sé
B Pátio do Colégio

Na última década daquele século, tendo crescido a população de portugueses em 100% a 200%, de 60 para talvez 120 ou 180 moradores, foram construídos novos muros, isto é, foi ampliado o perímetro dos antigos, para abrigar os novos habitantes. O pesquisador deve portanto construir hipóteses sobre os dois traçados: o dos muros primitivos e os dos muros novos, ambos envolvendo áreas de poucos hectares. E deverá levantar hipóteses sobre a localização das portas, com seus baluartes.

PERCURSO DOS MUROS ▶ Observando as plantas mais antigas, podemos constatar que existia ao redor do Pátio do Colégio e da Sé um conjunto de ruas com traçado irregular, formando aproximadamente um polígono. Essa era a parte mais antiga. Depois, ao seu redor, foram traçadas as ruas retas. Estas são provavelmente as do século XVII.

O traçado dos muros obedecia a determinadas referências, que nos permitem reconhecê-lo em boa parte, mesmo depois de sua demolição. Em primeiro lugar, porque sempre que eram construídos deixava-se pela parte de dentro uma rua para movimentação das tropas nos momentos de ataque, com um contingente móvel socorrendo os setores sob mais forte pressão dos adversários. Por um princípio de Direito Romano, transposto para a legislação portuguesa que se aplicava ao Brasil, qualquer via que fosse de uso público durante um ano e um dia deveria permanecer desimpedida, sendo livre a passagem para todo o sempre. Era um critério para definição de diferenças entre espaços públicos e espaços privados.

Assim, séculos depois de derrubados os muros de uma vila ou cidade, era possível reconhecer seu antigo percurso, porque seu desenho ficava fixado, pelo menos em parte, no traçado das ruas. Estas formavam em planta um polígono, encadeando-se uma às outras, como uma linha contínua, quase sem interrupções.

Pelo lado exterior dos muros deveria haver também terreno livre, sem obstáculos, pois atrás destes poderiam se ocultar os atacantes. Mas quando os tempos de trégua ou paz se prolongavam e quando a população crescia, os habitantes começavam a erguer



11. Planta esquemática de Salvador, cerca de 1620, em que se compara sua área, na mesma escala, com a de São Paulo em 1560/1580 e com o triângulo formado pelas igrejas de São Bento, São Francisco e Carmo.

⁹ O triângulo ao qual nos referimos aqui é o formado pelas três igrejas. No século XX tornou-se hábito a referência ao triângulo do comércio, formado pelas ruas São Bento, Quinze de Novembro e Direita, que coincide em parte com o que mencionamos mas tem área bem mais bem reduzida.

¹⁰ Mas as aldeias organizadas pelos jesuítas em Pinheiros e São Miguel teriam cerca de 1.000 habitantes cada uma (TAUNAY, 1921).

¹¹ As medidas da vila de São Paulo podem ser tomadas na "PLANTA" de Carlos D. Rath, de 1882. As de Salvador podem ser conferidas no "PERFIL DA CIDADE" de 1609/12 e na "PRANTA" de 1605 (REIS, 2000).

construções encostadas nos muros, aproveitando-os como paredes e estruturas sólidas. E quando estes eram demolidos, formavam-se quadras pelo lado externo, que já não deveria ser terreno livre, permanecendo apenas as ruas internas, como vestígios do traçado anterior. Quando eram construídos muros novos para permitir ampliações, ficavam depois dois polígonos, ou um como prolongamento do outro. Em São Paulo, sabendo pelas atas da Câmara que havia muros velhos e muros novos, devemos procurar os vestígios dessas duas linhas.

As portas deixavam também sinais importantes na paisagem. Para saber sua localização, devemos lembrar que deviam se situar nos limites da vila, abrindo para os principais caminhos de acesso. E desses partiam também caminhos secundários, formando muitas vezes desenhos de pés de galinha, na parte exterior das portas. As portas eram também protegidas por baluartes, com a forma de torres de ambos os lados da passagem, nas quais eram instaladas peças de artilharia. Havia também baluartes ou torres mais simples na parte central de trechos muito longos de muros para reforço de sua estrutura.

Quando demolidos, os baluartes deixavam sinais importantes na paisagem. Em seu lugar abriam-se largos ou praças, no ponto de cruzamento dos antigos muros com os caminhos principais de acesso. Os largos podiam ser maiores também porque tendiam a se somar aos espaços livres ou alargados, que se formavam sempre pela parte exterior das portas.

São esses alguns tipos de sinais que devemos procurar nas plantas mais antigas da vila e depois cidade de São Paulo, para conhecer o percurso de seus muros.

Pelas atas da Câmara sabemos que São Paulo tinha portas, com os respectivos baluartes. Estes seriam guarnecidos com peças de artilharia, transferidas talvez de Santo André, vindas com a Câmara, o livro de atas e o pelourinho, em 1560.

Teodoro Sampaio acreditava que São Paulo teria quatro portas, duas ao norte e duas ao sul (SAMPAIO, 1900). Acreditamos que seriam pelo

menos duas, como em Santo André, com os respectivos baluartes, aproveitando as peças de artilharia que haviam sido trazidas serra acima com muito sacrifício, por ordem de Tomé de Sousa. Dificilmente teriam sido cedidas outras, sem ordens do governador. Sem peças de artilharia, de pouco adiantariam os baluartes e as portas ficariam desprotegidas".

Mas há ainda outra informação importante para conhecermos o traçado dos muros. Dada sua função defensiva, quanto mais altos fossem, mais eficientes seriam na proteção contra as flechas lançadas do exterior e contra quaisquer outras peças ofensivas. Não podendo aumentar a altura dos muros sem diminuir sua resistência, os portugueses procuravam aumentar sua eficiência construindo-os nas bordas de grandes desníveis de terreno, se possível em três lados de suas vilas e cidades, deixando apenas um deles para se defender dos ataques mais sérios. Para isso, escolhiam cuidadosamente os terrenos em que iam se instalar. Assim foi na fase inicial de Olinda, de Salvador e de São Paulo, no primeiro século de colonização. O mesmo ocorreu na parte alta de Porto Alegre, em fins do século XVIII.

HIPÓTESES SOBRE O TRAÇADO ► Com todos esses elementos, podemos tentar identificar os sinais mais claros do desenho dos muros de São Paulo, entre 1560 e 1590.

Nossas hipóteses seguem de perto os estudos de Teodoro Sampaio (1900) e de Nuto Sant'Ana (1937/1944). Segundo este último, o traçado começaria pela atual Rua do Tesouro, subindo pela Rua Quinze de Novembro; continuaria pela Rua Direita-detrás-da-Sé, ligando-se à Rua de Santa Teresa e, a partir desta, tomando à esquerda pela antiga Rua do Carmo, voltando por esta ao Pátio do Colégio. Este poderia ser o traçado dos muros velhos. Será interessante examinarmos o assunto por partes.

Se pudéssemos observar o local em que nasceu a vila com uma perspectiva do alto (é o que os arquitetos e engenheiros chamam a vô de pássaro) poderíamos compreender melhor as características do sítio.

" Pouco depois de fundada a vila, alguns habitantes enviaram carta à rainha Da. Catarina, solicitando o envio de uma série de armamentos, incluindo-se dois berços (peças de artilharia leve).

Podemos imaginar que sobrevoamos em ultraleve a várzea do Tamanduateí (hoje Parque D. Pedro II) e chegamos às bordas da colina e vendo-a à meia-altura, por cima e de lado, com seus detalhes.

Acompanhando esse voo pela planta traçada em 1810 por Rufino José Felizardo e Costa, pela planta de Ourique de 1842 e pela Planta da Restauração (1765/1774)¹² constatamos que a borda da colina, sobre a qual foi fundada a vila, formava como um arco, principiando na Tabatingüera e terminando no ponto em que o Anhangabaú desemboca no Tamanduateí. Esse arco não era regular mas recortado em dois pontos pela erosão, com pequenos cursos d'água, como já foi mencionado: junto ao Colégio (Ladeira General Carneiro) e junto à igreja do Carmo¹³. Entre elas se destacava um trecho isolado de colina, que era portanto recortado por fortes desníveis em três de seus lados. Nesse trecho foi construída a vila de São Paulo.

Em nosso voo de aproximação, como os pássaros, veríamos os muros correndo nos limites da colina nesses três lados: ao longo da antiga Rua do Carmo, hoje Rua Roberto Simonsen (que não teria casas do lado externo); nas bordas da "Horta dos Padres", seguindo o desnível em que foi aberta a atual Ladeira General Carneiro e, do lado oposto, seguindo as bordas do "Buracão do Carmo". Este originalmente era mais longo, correndo para cima, em direção à que foi chamada Rua das Flores. Naquela época a atual Rua Roberto Simonsen (Rua do Carmo) era cortada por esse desnível e não tinha continuidade. O Convento do Carmo, ao ser construído, ficava relativamente isolado, do lado oposto. Os muros deveriam seguir pela borda norte desse desnível e depois pelos terrenos mais planos do "quarto lado" da vila: acompanhando o eixo da que seria depois a Rua de Santa Teresa, por trás da Sé. Chegando a esse ponto, podemos imaginar que os "muros velhos" desceriam pelo que hoje é o lado leste da Praça da Sé, procurando as bordas do declive da Rua Quinze de Novembro, até encontrar o eixo da Rua do Tesouro, chegando por esta ao Pátio do Colégio. Segundo a hipótese levantada por Gustavo Neves da Rocha (1992), de início o Pátio do Colégio seria mais amplo (como sempre ocorre à frente das igrejas dos jesuítas) e não existiria a quadra formada

pelas ruas do Tesouro, Quinze de Novembro e Anchieta. Esse esquema tornaria mais simples a adoção do trecho que sugerimos, que acompanharia o desnível ali formado, até a Praça da Sé.

Os "muros novos" seguiriam do Pátio do Colégio pela atual Rua do Tesouro, cruzariam a Rua Quinze de Novembro em seu trecho mais baixo e subiriam pela Rua das Casinhas, em direção à Rua Álvares Penteado, virando por esta à esquerda, em direção ao Largo da Misericórdia. Nesse caso, as águas das chuvas estariam correndo em parte pelo lado externo dos muros, em direção à "Horta dos Padres", cruzando o eixo da Rua Quinze de Novembro pelo ponto que permaneceu sem edificações até quase o final do século XVIII (o ponto mais baixo) como nos mostra a planta de 1765/1774. Nesse ponto, partes das águas que desciam da Sé passariam por baixo das portas. Do Largo da Misericórdia, o muro cruzaria a Rua Direita, subindo pela Rua Quintino Bocaiúva (beco), cruzando o eixo da atual Rua José Bonifácio e virando à esquerda, pela antiga Rua da Caixa d'Água, hoje Rua Barão de Paranapiacaba, até encontrar os muros velhos, no eixo da Rua Direita-detrás-da-Sé e da Rua de Santa Teresa.

¹² Voltaremos a examinar essas plantas, mais adiante.

¹³ Essas depressões no terreno ficam muito claras na planta de 1903, de Huet de Bacellar, na qual são registradas as curvas de nível (ver o Anexo sobre a cartografia histórica, no final do livro).



A Igreja da Sé
B Pátio do Colégio

12. Traçada dos "muros novos" e a área urbanizada, entre 1580 e 1592.

Essas são hipóteses que nos parecem plausíveis, quando consideramos os desníveis maiores do terreno, os caminhos de chegada à vila e os caminhos das águas, hoje como naqueles tempos.

SINAIS DAS PORTAS E BALUARTES ▶ Essas hipóteses podem se confirmar se encontrarmos os pontos em que existiriam as portas com seus baluartes já que estas teriam deixado espaços mais abertos no tecido urbano, os chamados largos. Estaria então quase completo o nosso quebra-cabeça.

Começamos pelo lado sul. Os desenhos mais antigos mostram desse lado o Convento Santa Teresa, ocupando uma quadra, indicada com a letra “L” na planta de 1810. Na época da fundação da vila esse convento não existia. Pelos registros históricos, examinados com atenção especial por Nuto Sant’Ana, sabe-se que toda a área permaneceu desocupada até o final do século XVII, quando foi cedida às freiras carmelitas, para construção de seu convento (SANT’ANA, 1937/1944). Segundo o mesmo autor, a entrada da vila pelo lado da Tabatinguera se fazia pelo eixo da que depois seria chamada Rua das Flores, já que a atual Rua Roberto Simonsen (antiga Rua do Carmo) era interrompida pela depressão por onde passavam as águas de chuva, como já foi mencionado. Tínhamos portanto um “largo” na linha dos muros, sobre uma das entradas principais. Acreditamos que aí estaria a porta do lado sul, com seus baluartes. Do lado externo dessa porta poderia haver uma bifurcação em direção ao sudeste, isto é, em direção à Rua da Liberdade, que seria um caminho para Santo Amaro.

Do lado norte, a outra porta estaria nos muros velhos, junto ao largo em que se formou a Praça da Sé. Nesse ponto haveria uma abertura para o eixo onde depois existiria a Rua Direita.

A ser correta a tese de Gustavo Neves da Rocha (1992), sobre a área maior do Pátio do Colégio, na parte inferior deste poderia ter existido uma porta, abrindo para o caminho que levava ao Porto Geral, onde se formou depois a atual Rua Quinze de Novembro.

As várias hipóteses nos ocorrem porque era difícil acertar a linha dos muros com os caminhos das águas das chuvas, que deveriam ser afastadas das bases dos muros de taipa. Em princípio, por razões de defesa e por garantia de integridade das taipas, estas deveriam permanecer nos pontos mais altos, sempre longe das águas.

No perímetro dos muros novos, segundo a interpretação de Nuto Sant’Ana (1937), o outro espaço aberto importante seria o Largo da Misericórdia. À sua frente estariam duas saídas: a da Rua Direita e a da Rua José Bonifácio. A segunda levava à ladeira que conduzia ao Anhangabaú e, depois deste, à Ladeira do Piques e ao caminho para Pinheiros que subia pela atual Ladeira de Memória e pela Rua da Consolação. Seguindo pela Rua Direita até o fim e virando à esquerda pela chamada Ladeira de Santo Antônio (hoje Doutor Falcão) chegava-se também ao Anhangabaú e ao caminho para Pinheiros.

O ponto mais obscuro seria o do acesso ao caminho para o Porto Geral. Em primeiro lugar porque o beco em que se transformava a atual Rua Quinze de Novembro (junto à Rua Direita) era estreito e acidentado – como nos mostram as fotografias de 1862 (tinha todas as características de uma via secundária e não de um acesso importante ao centro). A segunda dificuldade seria o cruzamento do curso d’água que por ali passava. O trecho de vegetação mais intensa, existente nos primeiros tempos, acompanharia o curso d’água, subindo da “Horta dos Padres” em direção à Rua do Tesouro e à parte mais baixa do Largo da Misericórdia. No início, para se ir ao Porto Geral, a partir da Sé, o caminho mais simples seria cruzando o curso d’água e seguindo a Rua Quinze de Novembro. Mas para chegar a esta, a partir do Pátio do Colégio, seria necessário sair pela parte mais baixa do Pátio (que chegaria à atual Rua Quinze de Novembro). Isso significa que naquele tempo a Rua Quinze de Novembro poderia ter seu início na esquina da atual Rua do Tesouro.

APARÊNCIA DA VILA

Definido o percurso provável dos muros, é possível compreender os limites da vila e identificar as casas e ruas que de início acompanhavam o seu limitado tecido urbano. Eram umas poucas quadras que se estendiam a partir do Pátio do Colégio em direção ao Carmo e outras ao redor da Sé. Ali viviam 50 ou 60 portugueses e mamelucos nos primeiros anos e 90 a 150, por volta de 1590. Os que tinham família regular e filhos ao seu redor, completavam a população. Seriam ao todo cerca de 250 pessoas à época da elevação a vila e 500 a 700 no final do século.

Os muros ocultavam as casas. O viajante que chegasse, vindo da Serra pelos rios Grande, Pinheiros, Tietê e a seguir pelo Tamanduatê, veria de longe apenas os muros, contornando as bordas da colina e entrando pelo recorte da "Horta dos Padres", em direção aos terrenos mais altos. E veria necessariamente um baluarte na extremidade, onde os muros mudavam de direção, para garantir sua estabilidade. E outro mais ao longe, no rumo do Carmo, no trecho em que o muro sofreria outra mudança de direção. A partir de 1594 existiria, pouco além, a igreja do Carmo.

No Atlas de Luís Teixeira, de 1585/1590, denominado "Roteiro de todos os sinais na costa do Brasil", cujo original se encontra na Biblioteca da Ajuda em Lisboa, a vila nem sequer foi representada. Mas comparece no atlas de 1631 de João Teixeira, como detalhe, em um mapa destinado a mostrar a região de São Vicente e de Santos. Nesse desenho, a vila é vista de baixo, assentada sobre uma colina, com muros, dois baluartes de base retangular e duas torres de igrejas. Poderia ser uma vista a partir de Porto Geral – ponto de chegada dos viajantes – vendo-se o Colégio em primeiro plano e o Carmo mais ao fundo. Poderia ser apenas uma extraordinária coincidência ou seria o resultado das observações de Luís Teixeira, que esteve em várias regiões do Brasil por volta de 1572, tendo sido suas observações utilizadas depois por outros membros

dessa família de cartógrafos (MOTA E CORTESÃO, 1960). Poderia ser portanto o primeiro registro iconográfico da vila de São Paulo e, nesse caso, com seus muros¹⁴. A representação foi repetida em outros atlas elaborados no século XVII pelos membros da família Teixeira, de modo mais esquemático. E talvez tenha servido de base para uma gravura holandesa que também registra São Vicente e Santos, na qual é referida como "Sapolia Apr ara" (sic). Não podemos esquecer que na época em que o desenho mais antigo foi feito, apenas essa parte da vila havia sido construída e as outras, de cada um de seus lados, permaneciam descampadas e separadas da primeira por vegetação mais densa. E o próprio sítio da vila avançava em relação às depressões naturais, destacando-se na paisagem. Os moradores mais antigos deviam ter consciência dessa característica pois ela é bem marcada na planta de 1765/1774 e o sítio inicial ainda aparecia muito destacado no desenho de Pallière de 1822, época em que o recorte do lado sul, junto ao Carmo, já estava sendo aterrado, perdendo muitas de suas características iniciais.

O edifício de maior destaque era a pequena igreja dos jesuítas, com o Colégio ao lado, com porte igualmente reduzido. Assim aparece no desenho do início do século XVII, já mencionado. A Matriz foi construída muito lentamente. Em 1595 tinha as dimensões de uma pequena capela e foi demolida para a construção de uma igreja de maior porte, de taipa, que só entrou em uso no início do século XVII (BAZIN, 1956).

A igreja do Carmo, que ficou pronta em 1594, seria o outro edifício destacado na paisagem, sobretudo porque ficava fora da vila, isolado sobre uma elevação que avançava sobre o vale, mais do que o trecho em que se implantou a vila. Em 1592 já se tinha notícia da ermida de Santo Antônio que, como o nome indica¹⁵, ficava em local ermo e retirado da vila: a atual Praça do Patriarca. De início não existia edifício para a Casa de Câmara; os edis se reuniam nas casas dos procuradores ou dos juízes, pelo que nos informam as atas de suas reuniões. Em 1575 e 1584 há referências nas atas a obras na Casa de Câmara mas não dispomos de outras informações. Sabemos que nessa época teria

¹⁴ O desenho de uma casa, utilizado no roteiro de D. Luís de Céspedes e Xêria por volta de 1624, foi interpretado por Afonso de Taunay como sendo a reprodução da Casa de Câmara de São Paulo mas não há qualquer documento histórico que confirme essa conclusão. São Paulo possuiu, durante algum tempo, uma Casa de Câmara bem modesta, de pau-a-pique, que desabou no século XVI.

¹⁵ A expressão ermida era aplicada a capelas ou igrejas em locais ermos, isto é, pouco habitados.

existido um edifício com essa finalidade, construído de taipa de mão, que terminou por ruir.

As casas eram modestas. Nos primeiros anos eram todas cobertas de palha pois não havia olaria. Sua aparência, nesses tempos, seria bem precária. Eram sempre térreas pois o primeiro sobrado foi construído no final do século.

O sistema de cobertura com palha era sempre um risco. Em momentos de conflito os atacantes poderiam lançar flechas com fogo e incendiar a vila. Quinze anos depois de instalada a vila, já havia notícias da presença de um oleiro. A argila necessária não faltava, sendo encontrada em quantidade na parte mais baixa da Tabatinguera: o nome significava, em tupi, local antigo em que se encontrava tabatinga ou argila. Mais para o final do século, em 1595, o oleiro Cristóvão Álvares assinava compromisso com a Câmara, para fornecer “toda a telha que for necessária para a vila se cobrir” (ATAS, I, 67).

Uma vez cobertas, as casas teriam aparência bem melhor, ainda que muito simples. Tudo indica que seriam semelhantes às casas térreas do século XVII e da primeira metade do XVIII, que examinaremos adiante.

As paredes seriam todas de taipa de pilão ou taipa de mão, como foram quase todas as construções paulistanas, até meados do século XIX. A aparência geral seria muito semelhante à da parte mais central de Santana de Parnaíba, com seu traçado irregular e suas casas térreas mais antigas.

Quando chegaram os oleiros e se tornou possível a substituição da cobertura de palha por telhas, as casas teriam sido reformadas, com novas estruturas de madeira, adequadas para receber a mudança técnica. Datam desse tempo os beirais largos, que afastavam as águas de chuva das partes mais baixas das paredes de taipa. Não é de se acreditar que estas também fossem substituídas. Sua resistência era bem conhecida: essas paredes poderiam durar séculos⁶⁶. É bem provável que algumas das casas térreas que aparecem nos desenhos e nas fotografias mais antigas, no século XIX, fossem

⁶⁶ As paredes do antigo Convento de São Francisco, onde funcionou a Faculdade de Direito, ao serem demolidas por volta de 1930, com cerca de 300 anos de existência, exigiram o uso de dinamite.

construções do século XVI ou aproveitassem partes das mesmas. Nos séculos XVII e XVIII muitas delas foram substituídas por sobrados mas é também possível que o pavimento superior fosse assentado sobre as paredes do térreo, das primitivas construções. Em especial no caso das “falsas”, às quais adiante deveremos nos referir.

As quadras dessa época tinham todas formas irregulares e eram de proporções bem menores do que as atuais. As travessas ou becos eram muito frequentes interrompiam as quadras que ficavam com dimensões variáveis, com lados medindo geralmente entre 30 e 70 metros. A largura das ruas variava de um trecho para o outro. Nelas crescia mato e os animais andavam soltos. Os buracos eram obstruídos apenas em ocasiões especiais e a drenagem das águas pluviais era precária. Mas com o início do domínio espanhol (1580), que estabelecia regras mais rígidas para as administrações municipais, é provável que tenha havido um pouco mais de preocupação com a aparência da vila pois o almoçacé solicitou, para a Câmara, um exemplar do livro de Ordenações.

As informações sobre as formas e a aparência da vila se tornam mais significativas quando conhecemos algumas características da vida de seus habitantes.

A VIDA NA VILA

Os caminhos para Santos eram simples trilhas: o mais antigo, conhecido como caminho dos índios ou dos guaianazes e o que foi aberto depois, conhecido como “Caminho do Padre José”, que se supõe ter sido aberto sob orientação de Anchieta. A circulação de mercadorias e mesmo de pessoas era sempre difícil. As cargas e algumas pessoas eram carregadas pelos índios, sobretudo no trecho da serra. Mas a circulação não seria tão rara pois desde o início os portugueses trouxeram para o planalto animais de maior porte, como bois e cavalos. É provável que fossem ainda novos, como bezerros e potros mas mesmo assim teriam peso considerável. As pessoas, como os animais, viajariam em redes transportadas pelos índios.



Com tais dificuldades, a população da vila permanecia relativamente isolada do litoral e, com maior razão, de Portugal. Desfrutava de maior autonomia mas, ao mesmo tempo, apresentava acentuado provincianismo. Dada a ausência de mulheres portuguesas e a presença das indígenas, a língua falada nas casas era o tupi. Com o número elevado de mamelucos e índios, a língua em uso no cotidiano tendia mesmo a ser o tupi (HOLANDA, 1956).

O clima era geralmente muito frio. Os jesuítas queixavam-se em suas cartas das geadas frequentes, que lhes cortavam os pés, quando usavam sandálias. Ainda em fins do século XVIII, o Governador Bernardo de Lorena informava haver presenciado em São Paulo geadas mais intensas do que as que vira em Lisboa. O clima favorecia a rápida adaptação dos portugueses, de seus animais e de suas plantas: bois, cavalos, cabras, carneiros, porcos, galinhas, verduras, legumes, grãos, as chamadas frutas de espinho como limas, laranjas e sobretudo marmelo; e até mesmo de flores, como rosas e cravos.

Estruturou-se portanto uma vida relativamente confortável, com produção para subsistência em padrões europeus (suplementada pela pesca e caça) e uma intensa mestiçagem com o universo indígena: mestiçagem de sangue, de língua e cultura, com poligamia, intenso nomadismo, capacidade maior de orientação no território, guerra constante aos vizinhos, na alimentação, a farinha de mandioca, a carne moqueada, a "farinha de guerra" e as frutas silvestres.

Não é possível compreender as atividades cotidianas da vila, sua produção e importância política, quando mencionamos apenas as poucas dezenas de portugueses e seus filhos, que eram os habitantes registrados. O quadro deve incluir também a outra parcela da população, a que não era então registrada, a dos que realizavam a maior parte do trabalho mas eram apenas circunstancialmente mencionados nos documentos da época. O contingente de trabalhadores indígenas era mais numeroso. Os que não habitavam dentro da vila, não deixavam vestígios materiais. Esse grupo era constituído principalmente pelos índios de tribos inimigas, caçados e transformados em escravos.

13. Detalhe de "Villa de S. Paulo" de Alessandro Massai, 1608/16. Fonte: Real Academia de la História - Madrid

Mas incluía também os índios das tribos aliadas aos portugueses, que realizavam os demais trabalhos pesados nas edificações, na agricultura, na pecuária, na mineração, nos transportes e em todos os serviços, em especial na caça aos novos escravos.

A população total da sociedade que se formou, com as índias que tinham filhos com os portugueses e lhes prestavam serviços e com os índios que para eles trabalhavam, construindo suas taipas, transportando suas cargas, capturando seus escravos, andaria por volta de 2.000 pessoas, na fase inicial.

A construção dos muros, das casas e dos currais e o cultivo dos campos não podem ser compreendidos e explicados, sem que se tenha em vista o montante da população total e a importância operacional da parcela indígena dessa sociedade em formação. E sem que seja lembrado, insistimos, que em sua maioria não habitavam dentro dos limites da vila.

A participação dos indígenas não era um ato de benevolência para com a parte mais forte; era uma atividade de trabalho remunerado. A colaboração era obtida mediante pagamento em objetos de ferro, isto é, com instrumentos de trabalho mais eficientes: foices, martelos, facas, enxadas e anzóis. Essa forma de pagamento explica dois outros aspectos da economia daqueles tempos: a presença de vários ferreiros e a fabricação de ferro. Havia nessa época em São Paulo pelo menos três ferreiros, todos do mesmo sobrenome: Bartolomeu, Manuel e Domingos Fernandes. Os jesuítas tinham o irmão Mateus Nogueira, também ele exímio no uso da forja. Sua produção alimentava o comércio com essa forma especial de moeda. Por isso mesmo, havia controle permanente, para evitar que os conhecimentos sobre a produção de ferro fossem transmitidos aos índios. Um quarto ferreiro, João Fernandes, foi perseguido por ter levado uma forja ao sertão. A Câmara controlava a produção e o comércio de ferro e também os preços, fixados em tabela. Um detalhe importante é que havia duas listas de preços: uma para vendas na vila, aos portugueses, e outra para vendas no sertão, com menor preço (ATAS, I, 234). Essa desigualdade tem sido interpretada como correspondendo a uma diferença de

qualidade, sendo os produtos mais baratos e de baixa qualidade destinados às trocas com os índios (CORTESÃO, 1955).

Afonso Sardinha e seu filho mameluco, de mesmo nome, organizaram uma fundição de ferro em Araçoiaba e nas vizinhanças de Ipanema, com dois fornos catalães. As fundições de ferro foram certamente, iniciativa do filho. O pai esteve mais envolvido com a mineração de ouro no Jaraguá, em Vuturuna (Ibituruna) e na Mantiqueira.

A principal atividade econômica nesse período foi provavelmente a pecuária. Um desenho denominado "Capitania de São Visente"¹⁷ que traz como detalhe a vila de São Paulo mostra vários currais nas terras além Tamanduaté, principalmente no Brás, Mooca e Tatuapé. Outro curral é indicado no lado oposto e logo atrás da vila, na direção do bairro da Liberdade. Em um dos exemplos é claramente indicado, por escrito, que a área era cercada por muros de taipa de pilão. O desenho é ilustrado com alguns bois e vaqueiros em ação, comprovando a importância que a pecuária tinha nos campos ao redor da vila.

No final do século XVI e no século XVII São Paulo exportava couros, carnes salgadas, chapéus de feltro, marmelada e escravos, além de objetos de ferro. As atas da Câmara mencionavam a produção de peças de ferro destinadas à construção ou reparo de embarcações, levadas para Santos, e outras destinadas aos engenhos do litoral (ATAS, I, 234/235).

No momento em que se encerrava o século XVI, a vida em São Paulo passava por mudanças importantes. As notícias sobre mineração de ouro e ferro atraíram para a vila o Governador Geral, D. Francisco de Sousa, que praticamente transferiu sua residência de Salvador para São Paulo, na esperança de promover um novo ciclo de riquezas, como os do México e do Peru, na América espanhola.

D. Francisco permaneceu de início em Santos e São Vicente mas a 16 de maio de 1599, pelo que consta no livro de atas da Câmara, já estava em São Paulo. Uma semana depois partia para Sorocaba e Araçoiaba.

¹⁷ No próximo capítulo teremos a oportunidade de examinar este desenho com mais detalhes.

onde fundou duas povoações e investiu na produção de ferro. Ao retornar promoveu a fundação da fábrica de ferro de Santo Amaro¹⁴, em terras que se acredita pertencessem a Afonso Sardinha.

O Governador se fez acompanhar de um séquito qualificado. Entre outros vieram dois mineradores, Geraldo Betting (tronco da família Betim Paes Leme) e Jacques de Oalte, o cirurgião José Serrão, o fundidor Cornélio de Arzão, seu secretário Pedro Tacques (tronco da família Taques) e o engenheiro-militar de origem florentina, Baccio da Filicaya. À vista dos desenhos do início do século XVII, que mostram a Capitania e a vila de São Paulo, que atribuímos a Alessandro Massaii, podemos acreditar que esse engenheiro militar também tenha estado na região, naquele período. Nesse caso, teriam estado em São Paulo dois engenheiros florentinos: Baccio da Filicaya e Massaii.

Com sua presença e suas ações, D. Francisco marcou o destino que a vila de São Paulo teria no século XVII.

¹⁴ Essa fábrica foi reativada durante a administração do Morgado de Mateus (1765-1775). Suas ruínas foram desenhadas no início do século XIX. As instalações ficavam próximas à ponte da Avenida Antônio Dias e da margem esquerda do Rio Pinheiros. As jazidas ficavam no bairro do Morumbi, sobre o assunto, ver a planta de Santo Amaro no Anexo sobre cartografia histórica, no final do livro.

14. Pátio do Colégio. Desenho de Miguel Benício Dutra, 1847.

Fonte: Original pertencente ao Museu Republicano de Itu - USP

